



Caderno

# LULA LIVRE



# LULA LIVRE JÁ!

Lula livre, Lula inocente, Lula prisioneiro político. Estas expressões, de tanto serem repetidas, já com voz rouca, podem parecer banais. Não são. E não apenas porque estamos falando de um homem injustamente condenado, com base em acusações sem prova. Mas também porque se trata do ser humano que melhor encarna os sonhos e aspirações mais elevadas do povo brasileiro. Aspirações de justiça, de paz, de igualdade, de liberdade verdadeira, de soberania. Pois não foi Lula o presidente quem instituiu programas, como o Bolsa Família, o Fome Zero, as cotas para negros e pobres, que, pela primeira vez, reduziram a desigualdade de renda e de status, vergonhosas marcas da sociedade brasileira? E não foi Lula, também, quem defendeu nossas riquezas, materiais (como o pré sal) ou imateriais (como a cultura e a ciência), base da nossa soberania, tão desprezada por grande parte da elite brasileira e, sobretudo, pelos atuais governantes?

Lula preso é Brasil preso. É a sociedade brasileira privada da capacidade de sonhar. Lula preso é a democracia amputada, vontade do povo esbulhada. Lula solto não é só justiça para um homem inocente. É a restituição da democracia ao povo brasileiro. É a possibilidade de diálogo no lugar do ódio insano que domina o meio político, inclusive entre os que dividem hoje o poder.

Lula livre significa libertar o sonho e a esperança das mulheres, dos negros, dos índios, dos jovens do povo brasileiro, em suma! Por isso lutar por Lula livre não é um capricho de um setor do espectro político, mas a necessidade de um Brasil justo, democrático e soberano. Não é uma tarefa de uns poucos dirigentes partidários, mas a missão de todos, independente de afiliação ou crença, que desejamos viver em um país amoroso com suas filhas e filhos, solidário com outras nações que, como a nossa, enfrentam a luta pelo desenvolvimento e firme contra as pressões externas que buscam nos jogar de volta a um status colonial ou semicolonial, do qual, a muito custo emergimos.

Sabemos todos que esta é fundamentalmente uma batalha a ser travada internamente, por meio de mobilizações populares, debates, ações jurídicas e políticas. O êxito dessa luta será, porém em muito facilitado se pudermos contar com a solidariedade ativa de companheiras e companheiros, amigas e amigos, brasileiros ou não, que vivem em outros países, mas que acompanham o drama brasileiro, conscientes de que aqui não se joga apenas o futuro de um país e de que do destino do Brasil depende, também, em alguma medida, o destino do mundo.

Pela Paz, pela Justiça, pela Democracia: Lula Livre Já!

**Celso Amorim**

Presidente do Comitê Internacional Lula Livre  
Ex- Ministro das Relações Exteriores





Festival Lula Livre.  
Foto: Ricardo Stuckert

# Sumário

<b>LULA LIVRE É A LUTA PELA DEMOCRACIA E OS DIREITOS DO POVO</b>	<b>4</b>
<b>A PERSEGUIÇÃO JUDICIAL CONTRA LULA</b>	<b>6</b>
<b>COMO FOI CRIADO O CLIMA PARA JUSTIFICAR A PRISÃO DE LULA</b>	<b>8</b>
<b>O CASO DO TRIPLEX DO GUARUJÁ</b>	<b>10</b>
<b>A PRISÃO DE LULA</b>	<b>11</b>
<b>LULA E A PETROBRAS</b>	<b>12</b>
<b>O CASO DO SÍTIO EM ATIBAIA</b>	<b>13</b>
<b>LULA, UM PRESO INCOMUM</b>	<b>14</b>
<b>LULA SÓ SERÁ LIBERTADO PELA LUTA DEMOCRÁTICA NO BRASIL E NO MUNDO</b>	<b>15</b>
<b>LINHA DO TEMPO DA PERSEGUIÇÃO CONTRA LULA</b>	<b>16</b>
<b>GOVERNO BOLSONARO E A CRIMINALIZAÇÃO DOS DEFENSORES DO POVO</b>	<b>20</b>
<b>A CAMPANHA LULA LIVRE E A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA</b>	<b>21</b>
<b>A MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL EM DEFESA DE LULA</b>	<b>24</b>
<b>LULA CANDIDATO AO NOBEL DA PAZ</b>	<b>26</b>
<b>A VIGÍLIA LULA LIVRE EM CURITIBA</b>	



# LULA LIVRE

## É A LUTA PELA DEMOCRACIA E OS DIREITOS DO POVO

*SÓ HAVERÁ DEMOCRACIA  
VERDADEIRA NO BRASIL QUANDO  
LULA TIVER UM JULGAMENTO  
JUSTO E VOLTAR A FALAR  
LIVREMENTE COM NOSSO POVO*

Lula está preso. Uma prisão injusta, ilegal, sem base em provas nem de que Lula é culpado e nem mesmo de que teria havido qualquer crime nos casos em que o ex-presidente foi julgado.

Os mais respeitados juristas do Brasil e da comunidade internacional contestam a legalidade e os procedimentos arbitrários que levaram a sua condenação e prisão. Personalidades democráticas de todo o mundo afirmam que Lula é um preso político.

A campanha LULA LIVRE começou pela denúncia das arbitrariedades e da farsa judicial que o levou à prisão em 7 de abril de 2018. Esta campanha mobiliza cidadãos e cidadãs no Brasil, nos vários estados e em centenas de municípios, e em vários países do mundo. Ela parte de uma base fundamental: Lula é inocente e tem os seus direitos violados de forma ilegal, arbitrária e injusta.

A liberdade de Lula vai além da

garantia de um direito do cidadão que foi o maior presidente do Brasil. Ela se junta à luta pelo esclarecimento do assassinato da vereadora pela cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco, e de tantos outros representantes da população pobre, feminina, trabalhadora, camponesa, negra, LGBT e todos os que foram perseguidos e discriminados em 500 anos de História. De todos aqueles que vinham conquistando direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais do povo brasileiro.





Este caderno, originalmente escrito em português, foi adaptado e traduzido para ser divulgado em diversos países. Nossa intenção é fazer com que a verdade sobre o processo de perseguição contra Lula seja espalhada mundo afora, reforçando a luta pela imediata libertação de Lula, passo necessário para retomar os rumos da Democracia e do Estado de Direito no Brasil.

Nas próximas páginas, você encontrará detalhes sobre os processos contra Lula, e sobre a organização da Campanha Lula Livre, no Brasil e no mundo.

Ex-presidente Lula  
visita acampamento  
Maria da Conceição,  
do MST, em Itatiaiuçu,  
Minas Gerais.  
Intervenção sobre foto  
de Ricardo Stuckert





# A PERSEGUIÇÃO JUDICIAL CONTRA LULA

Defender a liberdade de Lula vai muito além de bradar #LulaLivre. Todos nós temos a responsabilidade de conhecer a fundo o processo de perseguição política e judicial contra Lula. Só assim, teremos argumentos fundamentados para defender sua inocência e justificar com base em fatos e provas – não somente em convicções – nossa reivindicação de libertação imediata do ex-presidente.

Lula é vítima de uma armação judicial, sustentada por uma campanha de difamação pela imprensa, a começar pela Rede Globo. As falsas acusações contra ele, sua família e seus colaboradores ganharam manchetes nos jornais, capas de revistas e dezenas de horas de notícias na televisão. Mas sua defesa sempre foi desprezada, quando não foi simplesmente censurada pelos inimigos de seu governo, um governo que tanto fez pelo povo brasileiro.

Aqui vamos explicar quais foram as acusações contra Lula, esclarecer a verdade dos fatos e mostrar por que ele foi acusado falsamente e condenado sem provas.

Ex-presidente Lula no  
velório do seu neto,  
em São Bernardo.  
Foto: Ricardo Stukert





# Por que querem manter Lula condenado e preso?

A perseguição contra Lula é política. Lula foi o melhor presidente da história do Brasil, deixando o Governo com índices incomparáveis de aprovação e elegendo sua sucessora. Como não conseguiam derrotar Lula nas urnas, seus opositores se articularam para colocá-lo no centro de uma grande farsa judicial.

Ao longo de sua vida, Lula sempre foi um ferrenho defensor da democracia e da justiça. Como presidente, combateu desigualdades, ampliou o acesso à educação como nunca antes na nossa história, fez do Brasil um país respeitado internacionalmente. Sua forma de governar o país, com um projeto que transformou profundamente a realidade do nosso povo, incomodou muita gente, dentro e fora do Brasil. No fundo, essa é a razão central de sua perseguição. Seus opositores o querem preso e silenciado para implementar no país um projeto autoritário, antipopular, que tira direitos dos trabalhadores enquanto reforça os privilégios da elite e vende nossa soberania.

A perfeita sincronia entre as ações judiciais e o calendário eleitoral mostra que Lula foi condenado e preso para que não fosse eleito pela terceira vez como Presidente da República. A primeira condenação contra Lula, em 2017, e sua confirmação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região<sup>2</sup>, em 2018, aconteceram em tempo recorde, só para dar tempo de proibir a candidatura de Lula com base na interpretação que uma parte do STF – Suprema Corte Brasileira – deu à Lei da Ficha Limpa<sup>3</sup>...

Os adversários de Lula sabiam que, numa eleição livre, ele seria eleito presidente no primeiro turno, conforme todas as pesquisas eleitorais indicavam na época. A eleição de Lula impediria o prosseguimento das medidas

sociais e econômicas do governo golpista de Michel Temer, principal mentor da derrubada de Dilma Rousseff da Presidência da República: a retirada dos direitos trabalhistas, o fim da previdência pública, a entrega do pré-sal aos estrangeiros, a privatização de importantes e estratégicas empresas públicas – como a estatal do petróleo – Petrobrás, o corte dos investimentos em Educação, Saúde, no Bolsa Família e na Agricultura Familiar.

Depois do golpe, em 2016, o povo percebeu rapidamente que o governo ilegítimo se voltava contra os trabalhadores, os pobres, o povo do Nordeste, os moradores da periferia, as mulheres, os negros e indígenas, enfim, a todos os que foram perseguidos e esquecidos ao longo de 500 anos. E a sociedade percebeu que se tratava de um governo disposto a entregar as riquezas naturais e a soberania nacional nas mãos dos estrangeiros e seus representantes no país. Numa eleição livre, Lula se tornaria presidente para salvar o país de tudo isso.

A maior prova que a perseguição judicial contra Lula tinha motivações políticas foi a escolha de Sérgio Moro como Ministro da Justiça de Bolsonaro. Foi ele quem comandou a farsa judicial, em cumplicidade com o Procurador Federal Deltan Dallagnol, a Polícia Federal de Curitiba e o Tribunal Regional Federal de Porto Alegre para condenar e prender Lula em tempo recorde. Por terem contribuído de maneira decisiva para tirar Lula das eleições, Moro recebeu como prêmio o Ministério da Justiça, para o qual levou seus aliados da Lava Jato. Ao contrário de suas manifestações leoninas contra Lula, comporta-se com complacência ante as pesadas acusações de peculato, corrupção e compactuação com milícias que atingem Bolsonaro e sua família.

## MORO: JUIZ OU INQUISIDOR?

O Juiz de primeira instância, Sérgio Moro se tornou ministro de Bolsonaro, o principal beneficiado com a prisão de Lula. Outros fatos mostram que Moro agiu sem imparcialidade no caso de Lula:

- Em qualquer país civilizado um juiz não pode ser o mesmo que coordena as investigações e que julga o caso. O juiz Sérgio Moro foi chefe da força tarefa de investigação na Lava à Jato e que julgou os acusados, Lula incluído.

- Em 04 de março de 2016, Moro determinou a condução coercitiva ilegal de Lula, que sempre se dispôs a colaborar com a Justiça;

- O escritório de advocacia responsável pela defesa do ex-presidente teve seu sigilo telefônico quebrado ilegalmente, o que é crime, pois viola o sigilo da comunicação dos advogados com seus clientes;

- Moro interceptou ligações entre Lula e a então Presidenta da República, Dilma Rousseff, o que por si só é criminoso. Além disso, ele divulgou os áudios para a imprensa, para impedir que Lula fosse nomeado ministro de Dilma;

- Moro se manifestou favoravelmente a protestos que tinham como objeto central o golpe praticado contra a presidenta Dilma Rousseff, mostrando que tem lado político;

- Moro teve contato com a cúpula da campanha de Bolsonaro, durante as eleições, período em que ainda era o juiz responsável por casos de Lula.

<sup>1</sup> A Rede Globo é a maior emissora de televisão do Brasil. Pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro demonstra que, em um ano, o principal telejornal da Globo, o Jornal Nacional, dedicou 13 horas de cobertura negativa contra Lula, e apenas 4 horas de cobertura imparcial. Este estudo foi apresentado à ONU pela defesa do ex-presidente Lula.

<sup>2</sup> Primeira câmara recursal a analisar o caso após o juiz de primeira instância, no caso, Sérgio Moro.

<sup>3</sup> Lei aprovada em 2010, após forte mobilização social, que impede que cidadãos condenados por órgãos colegiados, como é o caso do Tribunal Regional Federal, em crimes de corrupção e similares, se candidatem a cargos elegíveis. Esta lei foi promulgada por Lula, enquanto ainda era Presidente da República.



# COMO FOI CRIADO O CLI JUS A



Ex-presidente Lula  
recebe a então  
presidenta Dilma em  
visita a São Bernardo.  
Intervenção sobre foto  
de Ricardo Stuckert



# UMA PARA JUSTIFICAR A PRISÃO DE LULA

É importante entender que a prisão de Lula se baseia na construção de uma imagem de inimigo perante a opinião pública. Os vazamentos constantes de informações sobre os processos de Lula revelam a obscura relação que se estabeleceu entre a força tarefa da Lava Jato e a imprensa hegemônica. Muitas vezes, a imprensa sabia de alguns procedimentos judiciais antes mesmo do que a defesa do acusado, o que é inaceitável em um estado democrático de direito.

Essa relação promíscua entre a Lava Jato e a imprensa é assunto do artigo publicado por Moro sobre a Operação Italiana "Mãos Limpas", em 2004. Ele defende que a imprensa dê ampla publicidade às ações de combate à corrupção, o que, segundo ele, fortalece as investigações. Na prática, o que aconteceu com Lula foi que o vazamento seletivo de informações por membros do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e pelo próprio Moro, conduziu a uma condenação pública antes de qual-

quer sentença judicial.

Isso fere o direito previsto pela Constituição Federal de presunção de inocência, ou seja, que ninguém seja considerado culpado de qualquer crime antes de uma condenação fundamentada. Nos últimos anos, a mídia – munida por informações distorcidas e descontextualizadas fornecidas pela Lava Jato – dedicou centenas de horas, manchetes e capas de revista para construir uma imagem de criminoso sobre Lula, antes de qualquer sentença condenatória. Com isso, a perseguição a Lula o levou a ser condenado pela imprensa antes mesmo que fosse julgado nas instâncias judiciais (que antecipadamente tinham o objetivo político de condená-lo sem provas).

O Juiz Moro e o Ministério Público Federal da Lava Jato demonstram óbvia parcialidade nas investigações e nos julgamentos de Lula. A condução coercitiva de Lula para depoimento em março de 2016 – duramente reprovada por juristas renomados, inclusive por ministros do STF – é um dos muitos exemplos que comprovam que Moro agia como perseguidor, não como juiz imparcial.

Os advogados de Lula têm usado um termo em inglês para descrever essa perseguição contra Lula: *Lawfare*, que pode ser traduzido como "guerra judicial". Esse conceito representa o uso indevido de recursos jurídicos para perseguir politicamente cidadãos, movimentos ou organizações. As dezenas de procedimentos movidos contra Lula, a relativização de seus direitos, e o uso da imprensa como auxiliar de acusação demonstram que Lula é vítima dessa "guerra jurídica".



A espetacularização da justiça: como forma de construir a imagem de Lula como criminoso, os processos contra o ex-presidente ganharam ares cinematográficos. Sua condução coercitiva para depor no processo do triplex contou com um aparato de segurança claramente desproporcional. A denúncia contra Lula pelo Ministério Público Federal tornou-se um símbolo dessa espetacularização: o procurador federal Deltan Dallagnol convocou a imprensa e apresentou a denúncia com uso de um Power Point que virou motivo de crítica e piada, por seu maniqueísmo e superficialidade.



# O CASO DO TRIPLEX DO GUARUJÁ

A primeira condenação de Lula teve como objeto central um apartamento triplex, na cidade de Guarujá, no litoral de São Paulo. Segundo a acusação, Lula teria recebido este apartamento da construtora OAS como forma de recompensá-lo por ter beneficiado a empresa enquanto foi Presidente da República. Lula nunca foi o proprietário desse apartamento e jamais fez uso dele.

Em 2005, a esposa de Lula, Marisa Leticia, adquiriu uma cota-parte de um empreendimento habitacional lançado pela BANCOOP (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo) no Guarujá. Pagavam todos os meses uma parcela à cooperativa e, no final, teriam direito a um apartamento tipo padrão.

Em 2009, a BANCOOP transferiu o empreendimento à OAS, que deu seguimento às obras. Em 2013, Léo Pinheiro, então presidente da OAS, convidou Lula e Dona Marisa a conhecerem um dos apartamentos do edifício, um triplex. O casal visitou o apartamento para avaliar a compra – a única vez que Lula pôs os pés no imóvel –, mas jamais o utilizou e também não manifestou interesse em adquiri-lo.

Ainda assim, Lula foi considerado culpado das acusações e condenado por Moro a 9 anos e 6 meses de prisão. O principal fundamento da condenação foi o depoimento de Léo Pinheiro, concedido como parte de um acordo com a Justiça. Vale lembrar que o depoimento inicial de Léo Pinheiro não mencionava qualquer benefício a Lula, mas não foi aceito pelo Ministério Público Federal. Somente depois de preso quase dois anos, e de ser condenado a mais de 26 anos de prisão, foi que Léo Pinheiro mudou sua versão. Em troca, foi colocado em regime semi-aberto, com pena reduzida para três anos e meio.

A sentença apresenta graves falhas: ela não determina o que Lula teria feito em favor da OAS, como presidente da República, que justificasse o recebimento do apartamento como vantagem ilegal – apartamento que, repetimos, nunca foi dele. Moro limita-se a dizer que Lula praticou “atos indeterminados”. Também não vincula as supostas vantagens a Lula ao esquema de propinas da OAS nos contratos da Petrobras – com isso, não há justificativa para que Lula fosse julgado por Moro, que é o juiz responsável por julgar casos de corrupção envolvendo a Petrobras.

O recurso de Lula ao Tribunal Regional Federal foi julgado em tempo recorde, e sua pena foi duríssima, aumentada para 12 anos e 1 mês de prisão (se a pena fosse menor do que 12 anos, a culpabilidade estaria prescrita e Lula seria solto). A agilidade extraordinária no julgamento, registrada pela grande imprensa, demonstra também o tratamento diferenciado dado a Lula. Nesse caso, fica evidente que sua condenação em segunda instância foi acelerada para acontecer antes das eleições de 2018.

A condenação de Lula foi novamente confirmada pelo STJ – Superior Tribunal de Justiça. Sua pena, porém, foi reduzida para 8 anos e 10 meses de prisão.

**A CONTA NÃO BATE:** Em 25 de abril de 2019, a Justiça de São Paulo deu uma grande demonstração de que a condenação de Lula é absolutamente ilegítima, ao determinar que a OAS devolvesse o valor pago por Dona Marisa pelo apartamento que nunca chegou a ser, de fato, sua propriedade. Como, então, esse apartamento seria objeto de propina, se a própria Justiça admite que ele estava sendo pago por Dona Marisa, antes da desistência da compra?



# A PRISÃO DE LULA



A Constituição Federal prevê que ninguém pode ser considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença criminal condenatória. Isso quer dizer que, enquanto houver recursos cabíveis, o réu continua sendo considerado inocente e, assim sendo, pode recorrer de sentença condenatória em liberdade, o que é confirmado pelo Código de Processo Penal Brasileiro.

Esse é o caso de Lula, e para fazer valer esse direito seus advogados ingressaram com um habeas corpus no Supremo Tribunal Federal, a fim de que ele pudesse recorrer de sua condenação em liberdade.

Por um placar apertado – 6 a 5 –, prevaleceu a tese de que a prisão pode ser executada depois da condenação em segunda instância e que, portanto, Lula poderia ser preso. O que mais chamou a atenção para este resultado, no entanto, foi a posição de uma das ministras do

STF, que chegou a afirmar, durante o julgamento, que acredita que a prisão só poderia acontecer depois do trânsito em julgado da sentença, mas que iria votar contra sua própria opinião para respeitar uma decisão mais antiga da Corte em um outro habeas corpus.

O problema maior é que esse tema já estava em discussão no STF em duas ações, chamadas de Ação Declaratória de Constitucionalidade. Nessas ações, a posição da maioria dos ministros que já haviam votado era de que a prisão só pode acontecer depois do trânsito em julgado da sentença – posição que favorece Lula. O atraso para terminar o julgamento dessas ações levou ao resultado desfavorável ao ex-presidente, que teve sua condenação confirmada pelo STJ antes que o STF finalizasse o julgamento que poderia redundar na libertação de Lula, o que chama atenção.

Ex-presidente Lula em ato em Ouricuri, Pernambuco.

Foto: Ricardo Stuckert



Um dos instrumentos utilizados com grande frequência no processo de perseguição contra Lula é a delação premiada, uma espécie de acordo celebrado na Justiça para que réus confessos denunciem outros envolvidos nos crimes, em troca de redução de suas penas. A maior parte das acusações contra Lula se baseia em delações, ou seja, na palavra de criminosos assumidos, que criam acusações contra Lula a fim de se beneficiarem. O instrumento, que se tornou lei durante o Governo Lula, pode ser útil no combate ao crime, mas não pode ser utilizado indiscriminadamente – deve ser corroborado com outras provas, o que não aconteceu no caso de Lula.



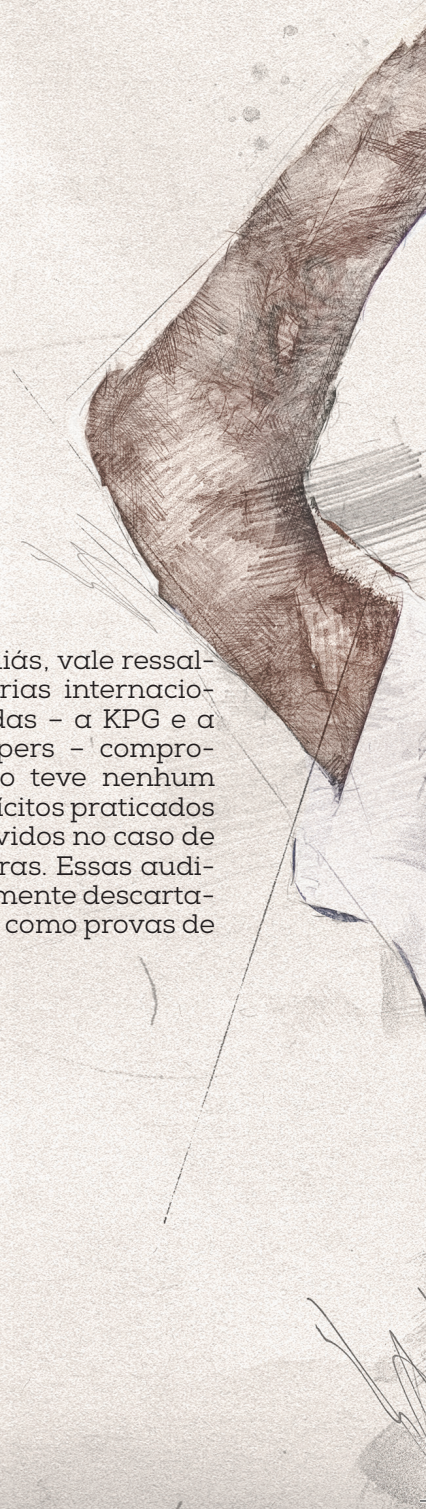
# LULA E A PETROBRAS

Sem conseguir encontrar nenhum ato ilícito de Lula, como Presidente da República, que beneficiasse as empreiteiras acusadas de montar o esquema de corrupção envolvendo contratos com a Petrobras, a Lava Jato e o Juiz Moro apelaram para uma narrativa absurda e mentirosa. Lula, como Presidente, era o responsável por assinar as nomeações dos diretores da Petrobras e que, portanto, deveria estar ciente do esquema criminoso em que alguns desses diretores se envolveram.

A verdade é que o Presidente da República é responsável pela nomeação de milhares de cargos do Governo Federal e das empresas estatais. As indicações para os cargos são feitas por partidos políticos, e avalizadas – antes de chegar ao Gabinete do Presidente – por diversos órgãos de controle. Nenhum desses órgãos identificou qualquer irregularidade por parte das indicações para a Petrobras. É absurdo, portanto, acreditar que Lula tivesse conhecimento da conduta ilegal dos diretores envolvidos.

Vale lembrar, aliás, que os diretores envolvidos nos casos de corrupção investigados pela Lava Jato já trabalhavam na empresa há anos, como funcionários de carreira, e alguns já haviam desempenhado funções de diretoria em governos anteriores a Lula, sem que suas condutas tivessem sido questionadas.

Sobre esse tema, aliás, vale ressaltar que duas auditorias internacionalmente reconhecidas – a KPG e a PricewaterhouseCoopers – comprovaram que Lula não teve nenhum vínculo com os atos ilícitos praticados pelos diretores envolvidos no caso de corrupção na Petrobras. Essas auditorias foram simplesmente descartadas por Moro e Hardt como provas de inocência de Lula.





## O CASO DO SÍTIO EM ATIBAIA

A segunda condenação de Lula trata de uma reforma realizada em um sítio na cidade de Atibaia, estado de São Paulo. Novamente, a acusação é que a reforma do sítio, bancada pelas empreiteiras Odebrecht e OAS, seria uma retribuição a Lula por benefícios que ele teria concedido às construtoras enquanto foi presidente da República. Novamente, Lula foi condenado sem que fossem indicados quais atos ele teria praticado, como Presidente da República, para beneficiar as construtoras. Também não há qualquer evidência de que Lula tenha solicitado favores às empreiteiras. A verdade é que Lula nunca foi dono do sítio. Sim, ele frequentava o local, mas os proprietários eram amigos de longa data.

Dessa vez, quem assina a sentença é a juíza Gabriela Hardt, que substituiu o juiz Moro quando ele se tornou Ministro da Justiça. Hardt simplesmente copiou trechos inteiros da sentença de Moro no caso do apartamento do Guarujá, para condenar Lula a 12 anos e 11 meses de prisão. Isso demonstra a pré-disposição da juíza em condenar Lula, questionando novamente a imparcialidade de quem julga o ex-presidente.

Militante na Vigília  
Lula Livre, em Curitiba.  
Intervenção sobre foto  
de Ricardo Stuckert



LULA  
LIVRE



# LULA, UM PRESO INCOMUM

*DESDE QUE FOI PRESO, LULA  
TEM RECEBIDO UM TRATAMENTO  
QUE REFORÇA O CARÁTER  
POLÍTICO DE SUA PRISÃO. ALGUNS  
EPISÓDIOS DEMONSTRAM  
CLARAMENTE ESSE FATO:*

- Em 06 de julho de 2018, Lula foi beneficiado por um Habeas Corpus, concedido pelo Desembargador plantonista do TRF 4. A Polícia Federal se recusou a acatar a decisão do Desembargador, e manteve Lula preso até que essa decisão fosse cassada pelo presidente do Tribunal. Nesse processo, o juiz Sérgio Moro proferiu uma decisão absurda, determinando a manutenção de Lula na cadeia. Absurda porque sequer cabia a ele se manifestar sobre o tema, já que ele não é o juiz responsável pela execução da pena de Lula. E também porque um juiz de primeira instância não pode contrariar uma decisão de um órgão superior. Mais uma vez, fica evidente que Moro atua como um perseguidor, não como um juiz.

- No período eleitoral, Lula foi beneficiado por decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), que reconhecia seu direito de concorrer ao cargo de Presidente da República. Na decisão, a ONU obrigava o Estado Brasileiro a permitir que ele praticasse todos os atos como candidato, enquanto não houvesse decisão judicial que o impedisse de concorrer. Novamente, uma decisão favorável a Lula foi descumprida pelo Estado Brasileiro.

- Em outubro de 2018, em pleno período eleitoral no Brasil, o Ministro do Supremo Ricardo Lewandowski autorizou que um jornalista da Folha de São Paulo entrevistasse Lula na cadeia. A Polícia Federal novamente se recusou a cumprir uma ordem ju-



Ator Danny Glover  
visita Vigília Lula Livre,  
em Curitiba.  
Foto: Ricardo Stuckert





dicial, aguardando até que essa ordem fosse revogada por nova decisão, dessa vez do presidente do STF, Dias Toffoli. Vale lembrar que muitos presos já foram entrevistados dentro do cárcere – por que, então, Lula não poderia conceder uma entrevista? Confirmando a motivação política da perseguição contra Lula, as entrevistas proibidas durante o período eleitoral foram posteriormente permitidas.

- Em 29 de janeiro de 2019, faleceu Vavá, irmão mais velho de Lula. Segundo a Lei de Execuções Penais, todos os presos têm direito a sair temporariamente da cadeia para participar do velório e enterro de familiares próximos. A Lula esse direito foi negado pela juíza responsável pela execução de sua pena. Somente quando o enterro de Vavá já havia acontecido é que houve uma decisão favorável a Lula, concedida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. A decisão, no entanto, além de atrasada, não permitia que Lula fosse ao velório, mas que o corpo do irmão, caso a família assim desejasse, fosse transportado a uma área militar para que Lula se despedisse. Nesse caso, o Ministério Público Federal, ao se manifestar contra a ida de Lula ao velório do irmão, escreve com todas as letras que Lula “não é um preso comum”.

## LULA SÓ SERÁ LIBERTADO PELA LUTA DEMOCRÁTICA NO BRASIL E NO MUNDO

O “lawfare”, a perseguição judicial contra Lula, permanece forte nos grandes meios de comunicação de massa, nas instâncias superiores de Justiça e se fortalece com a vitória eleitoral de Bolsonaro e a nomeação do Juiz titular da Lava Jato, Sérgio Moro, como seu Ministro da Justiça e da Segurança Pública.

As sentenças que têm sido impostas a Lula nos processos já julgados e a ação policial e do Ministério Público em outras investigações e processos em curso são determinados também, e fortemente, pela força da opinião pública.

Uma mudança na correlação de forças na sociedade é fundamental para que o Poder Judiciário faça Justiça para Lula e para o povo brasileiro.

Assim, vamos fazer a nossa parte. Solidariedade a Lula, a toda pessoa vítima de injustiças e perseguições, à luta do povo por democracia, soberania nacional e direitos.

A solidariedade internacional a Lula é de extrema importância. O bloqueio midiático imposto a ele e a sua defesa impede que sua versão da história chegue ao conhecimento de milhões de brasileiros e brasileiras. Assim, ampliar a repercussão internacional desse caso de injustiça e ilegalidade é fundamental para que mais gente saiba que Lula é um refém do Estado Brasileiro, agora sob o comando de homens cruéis, que defendem a ditadura militar, a tortura, a posse irrestrita de armas de fogo, a pena de morte.

O mundo todo precisa saber que Lula só é mantido preso para que Bolsonaro e seu time implante com mais facilidade no Brasil um regime autoritário, que retira direitos da população, que facilite a depredação de nosso patrimônio natural – a Amazônia, nossa fauna e flora –, que venda as riquezas minerais de nosso país a preço de banana.

O Brasil precisa da atenção e da mobilização mundial para impedir que voltemos à idade das sombras, para impedir que mais brasileiras e brasileiros sejam assassinados por seus governantes, justamente aqueles que deveriam defender a vida de seu povo.

Nosso patrimônio natural, de importância fundamental para o equilíbrio do clima global, também está completamente ameaçado. O Governo Bolsonaro além de flexibilizar as regras para a exploração da Amazônia – o que já resulta em um aumento acentuado da taxa de desmatamento –, permitiu o uso de mais de 160 agrotóxicos danosos à saúde das pessoas e ao meio ambiente.

Com Lula preso, o Brasil e o mundo correm risco de danos irreparáveis.



# LINHA DO TEMPO DA PERSEGUIÇÃO CONTRA LULA

## **Janeiro 2011**

Lula transmite o cargo de Presidente da República com a maior taxa de aprovação da história. Nos anos seguintes, rodaria o mundo compartilhando seus conhecimentos e experiências. Por onde passava, era recebido com honras de Chefe de Estado.

## **Março 2014**

Início da Operação Lava Jato

## **Outubro 2014**

Dilma é reeleita Presidenta da República, em eleição apertada. Seu segundo mandato é sabotado sistematicamente pela oposição.

## **Novembro 2014**

7ª Fase da Lava Jato prende presidentes de grandes empreiteiras (OAS, UTC e Camargo Correa) acusadas de fazerem parte do cartel que superfaturava os contratos com a Petrobras, em parceria com seus diretores.

## **Fevereiro 2016**

Supremo Tribunal Federal altera entendimento sobre a possibilidade do cumprimento antecipado de pena. Com a decisão do Tribunal, réus condenados em segunda instância não poderão recorrer em liberdade.

## **Março 2016**

4 – Lula é conduzido à força para depor na Lava Jato. A condução coercitiva de Lula é amplamente criticada pela classe jurídica, já que Lula sempre se dispôs a colaborar com as investigações.

9 – Lula é denunciado pelo Ministério Público de São Paulo no caso do Triplex no Guarujá, que nunca esteve em seu nome, e nunca fora utilizado por ele ou por sua família. A denúncia é alvo de críticas e piada por sua inconsistência.

16 – Lula é nomeado como Ministro da Casa Civil. Sua nomeação foi cassada sem previsão legal. Moro divulga ilegalmente gravações de diálogos entre Lula e a Presidenta, sendo repreendido por sua atuação.



## **Setembro 2016**

Antonio Palocci, ex ministro de Lula e Dilma, é preso sob a acusação de ter atuado em favor da Odebrecht.

## **Fevereiro 2017**

Falecimento de Dona Marisa Letícia

## **Abril 2017**

Léo Pinheiro muda a versão a respeito do caso Triplex, implicando Lula. Ele também troca de advogados e tenta fechar acordo de delação premiada, com a nova versão da história.

## **Mai 2017**

em uma decisão completamente sem fundamento, o juiz Ricardo Leite determina o fechamento do Instituto Lula. A decisão do juiz foi tomada de ofício, ou seja, sem ter sido pedida pelo





### **Junho 2015**

Dona Marisa, esposa de Lula, desiste formalmente da compra do apartamento do triplex do Guarujá

### **Novembro 2015**

Dona Marisa, esposa de Lula, desiste formalmente da compra do apartamento do triplex do Guarujá

### **Dezembro 2015**

O Deputado Federal Eduardo Cunha, Presidente da Câmara de Deputados, acata abertura de processo de impeachment contra a Presidenta Dilma, como retaliação ao fato de os deputados do PT terem se negado a votar contra a abertura de processo ético contra ele, diante de inúmeras denúncias, contas bancárias no exterior, etc

### **Janeiro 2016**

22ª Fase da Lava Jato investiga caso do Triplex no Guarujá, que nunca pertenceu nem foi usado a Lula.

### **Abril 2016**

Câmara aceita abertura do impeachment e Dilma é afastada do cargo.

### **Junho 2016:**

Léo Pinheiro tenta fechar acordo de delação premiada com MPF, mas as negociações travam após o depoimento do empresário inocentar Lula.

### **Julho 2016**

Defesa de Lula leva à Comitê de Direitos Humanos da ONU provas da perseguição judicial a Lula.

### **Agosto 2016**

Dilma é deposta do cargo por um golpe de estado.



Encontro Nacional Lula Livre, em São Paulo. Foto: Ricardo Stuckert

Lava Jato Lava Jato no Paraná faz mais uma denúncia contra Lula, no caso do sítio de Atibaia.

### **Julho 2017**

Sem provas, o juiz Sérgio Moro condena Lula a 9 anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex no Guarujá.

### **Dezembro 2017**

Lula dispara nas pesquisas e chega a 45% de intenção de votos





### **Janeiro 2018**

TRF-4 confirma condenação de Lula e aumenta pena para 12 anos e 1 mês, para impedir prescrição da pena. Recurso foi julgado em tempo recorde.

**Passaporte** de Lula é apreendido um dia antes de viagem à Etiópia, onde participaria de uma reunião da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

### **Março 2018**

TRF4 rejeita queixa-crime de ex-presidente Lula contra juiz Sérgio Moro

**A Caravana Lula** - A Caravana Lula pelo Brasil é alvo de tiros, no Rio Grande do Sul.

### **Abril 2018**

STF rejeita o Habeas Corpus de Lula por 6 a 5. A defesa alega a inconstitucionalidade do cumprimento de pena antes do trânsito em julgado de sentença condenatória. No dia 7, Lula se entrega voluntariamente à Polícia Federal, depois de participar de missa em memória de Dona Marisa, falecida um ano antes.

### **Julho 2018**

Juiz Ricardo Leite absolve Lula em denúncia de obstrução de justiça, baseada em delação sem provas de ex Senador Delcídio do Amaral.

**O desembargador** Rogério Favreto, do TRF-4, concede um Habeas Corpus ao Presidente Lula. A Polícia Federal se recusa a cumprir a ordem judicial. Uma guerra de decisões - inclusive com interferência ilegal de Moro -, segue até a cassação do HC pelo presidente do TRF-4.



Acervo: CSBH/FPA.  
Autoria: Vera Jursys

### **Agosto 2018**

Candidatura de Lula é registrada no TSE. ONU determina que Lula pode ser candidato se baseando no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do qual o Brasil é signatário desde a década de 80. TSE rejeita candidatura de Lula, ignorando a decisão da ONU.

### **Outubro 2018**

Sem Lula na disputa, Bolsonaro vence as eleições em segundo turno e se elege presidente da República.

### **Novembro 2018**

Moro, juiz que condenou Lula, aceita ser ministro da justiça de Bolsonaro, maior beneficiário da prisão de Lula. Há indícios de que Moro e a equipe de Bolsonaro se reuniram durante a campanha eleitoral, período em que Moro ainda presidia ações contra Lula.


### **Fevereiro 2019**

Lula é condenado sem provas no caso do sítio de Atibaia.

### **Abril 2019**

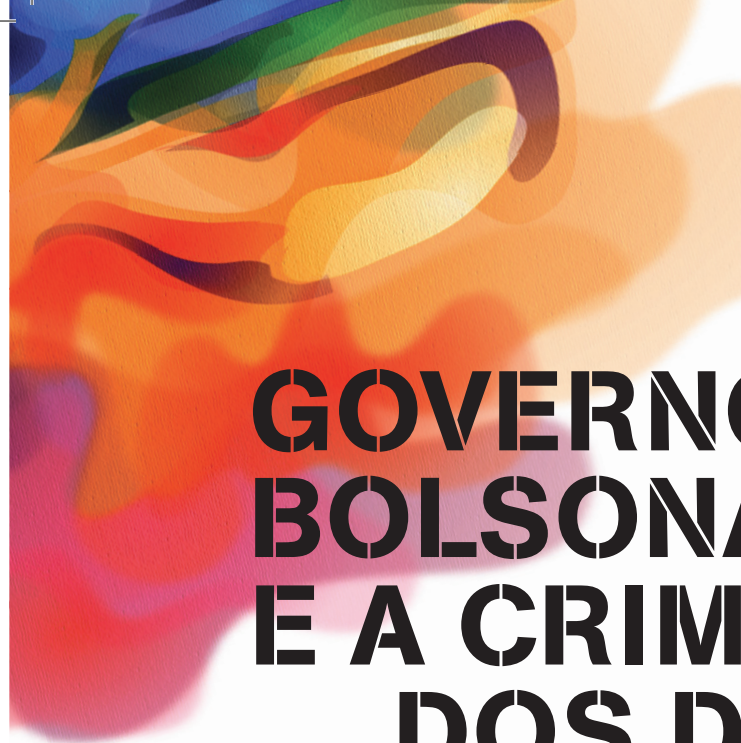
Justiça de São Paulo determina que OAS devolva à família de Lula o valor das parcelas pagas por Dona Marisa falecida esposa de Lula, pelo apartamento no Guarujá, que nunca chegou a ser, de fato, de sua propriedade. Lula é condenado sem provas no caso do sítio de Atibaia.



A black and white photograph capturing a large-scale public demonstration in a city street. In the foreground, a man with a beard and mustache is seen in profile, speaking into a microphone. To his right, another person is partially visible, also holding a microphone. The background is filled with a dense crowd of people, many of whom are holding up smartphones to record the event. Several protest signs are visible, with text in Portuguese such as "SITRANICO SINTRAPOSTOS E O GOLPE CONTINUA...", "A JUSTIÇA NÃO PODE SER INSTRUMENTO DA POLÍTICA", and "SITRANICO SINTRAPOSTOS E O GOLPE CONTINUA...". A large white ball with the "Anitta" logo is also visible in the crowd. The street is flanked by tall, modern buildings, and the overall atmosphere is one of a significant public gathering.

Lula agradece solidariedade do povo em ato público na Esquina Democrática de Porto Alegre.  
Foto: Ricardo Stuckert





# GOVERNO BOLSONARO E A CRIMINALIZAÇÃO DOS DEFENSORES DO POVO

A interdição de Lula e fraudes eleitorais nas eleições presidenciais de 2018 marcaram a natureza do novo governo. O Governo Bolsonaro se baseia sobre três pilares que asseguram a ele a necessidade de aprofundamento das características de exceção já verificadas durante o período Temer e a utilização de instrumentos de guerra cultural através da disseminação e incentivo de valores retrógrados e anti-humanistas. O programa ultraliberal de diminuição do Estado Brasileiro em favor do grande capital financeiro internacional, com seus programas de privatização, ajuste fiscal e revogação de políticas públicas e direitos sociais do povo; a subordinação geopolítica do Estado Brasileiro aos interesses do capital financeiro internacional e das grandes transnacionais e as nossas relações e alianças com outros países do continente, do hemisfério Sul e dos BRICS; e a regressão em conquistas civilizatórias e direitos de amplos setores da classe trabalhadora, das populações negras e indígenas, da juventude, da comunidade LGBTI+ e das mulheres.

Esse programa radicalmente impopular exige o fortalecimento de um Estado autoritário, com uma tutela militar crescente no novo governo e a transformação do discurso de combate à corrupção e ao crime organizado em ações legislativas e governamentais que aprimorem a capacidade repressiva do Estado Brasileiro. Esse é o sentido mais profundo da aliança estabelecida entre a cúpula da Operação Lava Jato, segmentos das Forças Armadas e do Poder Executivo para gerir a criminalização da política, dos movimentos sociais e do povo brasileiro.

Moro e os ministros militares do Palácio do Planalto lideram, assim, uma coalizão que tudo fará para manter Lula como preso político por período indeterminado. Para impedir que sua liderança se some à resistência democrática de modo mais ativo; para lembrar a tod@s que o braço repressivo do Estado autoritário alcançou a mais forte expressão nacional e internacional da luta do povo brasileiro, e portanto pode alcançar quem se contrapuser aos seus ditames.







## A CAMPANHA LULA LIVRE E A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Ex-presidente Lula no velório de sua esposa, Marisa Letícia, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo.  
Foto: Ricardo Stuckert

A Campanha Lula Livre é uma campanha que se une à luta por democracia, pelos direitos do povo e pela soberania nacional na atual quadra da história brasileira.

Ela não é exclusiva de uma pessoa injustiçada, de seu partido, de seus simpatizantes. É expressão de uma luta ampla por Justiça para o povo brasileiro, para seus defensores e também para Lula.

A campanha Lula é supra-partidária. Está aberta à participação de todas as pessoas de boa vontade, interessadas em assegurar os direitos de Lula e de qualquer outro cidadão ou cidadã injustamente perseguido, acusado e condenado.

A campanha Lula engaja setores organizados da sociedade, como partidos políticos, movimentos sociais, associações e organizações da sociedade civil, como personalidades do mundo da cultura, das religiões, da

Academia, militantes e ativistas, pessoas do povo que reconhecem a inocência de Lula e a defesa dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais do conjunto da população brasileira.

O Comitê Nacional Lula Livre promove no Brasil a mais ampla gama de atividades de apoio à luta pela liberdade de Lula e de solidariedade às lutas do povo brasileiro por democracia, justiça social, soberania nacional e direitos. É composto por mais de 80 organizações nacionais e personalidades das mais variadas áreas – partidos políticos, movimentos sociais, centrais sindicais, intelectuais, religiosos, artistas, entre outros.

Nos estados, municípios, bairros, locais de trabalho e de militância, se multiplicam também iniciativas de apoio a Lula, comitês populares e grupos de solidariedade, de caráter presencial e virtual, com forte dinamismo.



# A MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL EM DEFESA DE LULA

O Comitê Internacional Lula Livre, presidido pelo ex- chanceler de Lula, Ministro Celso Amorim, promove iniciativas em vários países do mundo e ações globais de apoio a Lula e à luta por sua liberdade, como a Jornada Mundial Lula Livre, a campanha pela concessão do Prêmio Nobel da Paz a Lula, a defesa de Lula junto ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e outras instituições internacionais. Ele foi criado durante os trabalhos do Fórum Social Mundial de 2018, em Salvador.

Dezenas de comitês também se organizam em diversos países do mundo, pela iniciativa de brasileiros e estrangeiros que acreditam na inocência de Lula e defendem sua imediata libertação. Ao longo do período em que Lula foi ilegalmente processado e injustamente preso, centenas de atos foram organizados em frente a Embaixadas Brasileiras, organismos multilaterais, entre outros espaços simbólicos.

Lula também recebeu a solidariedade de mais de uma centena de personalidades, acadêmicos, artistas, sindicalistas e políticos in-

ternacionais. Foi homenageado em eventos políticos e recebeu prêmios por sua atuação em defesa dos direitos humanos, construção da paz e combate à pobreza. Entre os que demonstraram apoio a Lula estão: Evo Morales, Pepe Mujica, Massimo Dalema, Jean Luc Melechon, Noam Chomsky, Bernie Sanders, José Sócrates, François Hollande, José Luis Zapatero, Ernesto Sanper, John Kufuor, Roger Waters, Mia Couto, entre tantas e tantos outros.

Em um ano de prisão, Lula foi visitado por ex-chefes de Estado, religiosos, artistas, políticos e outras personalidades de expressão global, o que demonstra que, mesmo com a ampla campanha contra sua imagem, Lula continua sendo admirado e respeitado como um dos maiores líderes mundiais do seu tempo.

Uma frase de Celso Amorim, ex-chanceler de Lula, ficou célebre por resumir o tamanho da influência de Lula, mesmo preso: "Que país é esse, em que uma prisão de província recebe mais visitas de personalidades internacionais importantes do que o palácio presidencial".



# VAZAMENTOS COMPROVAM VÍCIOS NO PROCESSO CONTRA LULA

O jornalista Glenn Greenwald, do portal "The Intercept", mundialmente conhecido pelo caso Wikileaks, teve acesso a um grande volume de mensagens trocadas entre o Juiz Sérgio Moro e procuradores da Lava Jato. O conteúdo das mensagens comprova o que Lula afirmava desde o início das ações que o levaram à prisão: numa clara afronta ao princípio da imparcialidade do juiz, Moro agia como chefe das investigações contra Lula. Além de julgar, ele orientava, dava dicas e contribuía para a construção das teses de acusação.

As poucas mensagens já publicadas pelo "The Intercept" não deixam dúvida de que Lula foi vítima de um processo de perseguição ilegal – e, segundo Greenwald, o conteúdo ainda não divulgado é ainda mais grave. A defesa do ex-presidente já levou o caso às autoridades brasileiras e também juntará as mensagens na ação que move junto à Comissão de Direitos Humanos da ONU, reforçando as evidências de "lawfare" contra Lula.





# PERSONALIDADES ESTRANGEIRAS QUE ESTIVERAM COM LULA AO LONGO DESSE TEMPO DE **PRISÃO ILEGAL**



**Adolfo Pérez Esquivel**  
Prêmio Nobel da Paz



**Juan Carlos Monedero**  
Podemos -Espanha



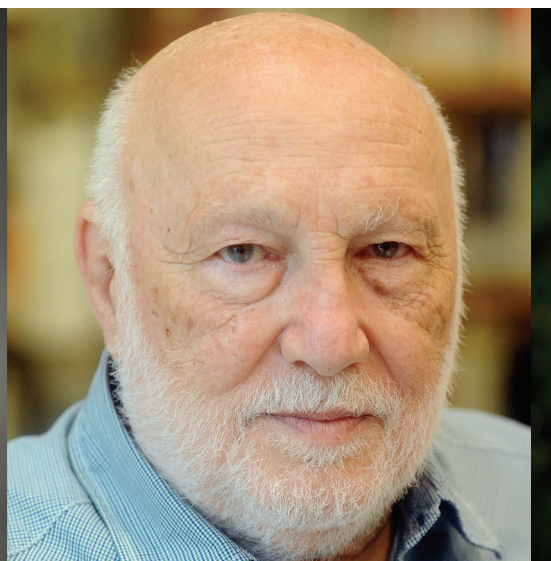
**Martin Schulz**  
Ex-presidente do Parlamento  
Europeu - (SPD) Alemanha



**Ernesto Samper**  
Ex-Presidente da Unasur e  
ex-presidente da Colômbia



**Roberto Gualtieri**  
Membro do Parlamento Europeu (Partido  
Democrático) Itália



**Domenico de Masi**  
Sociólogo





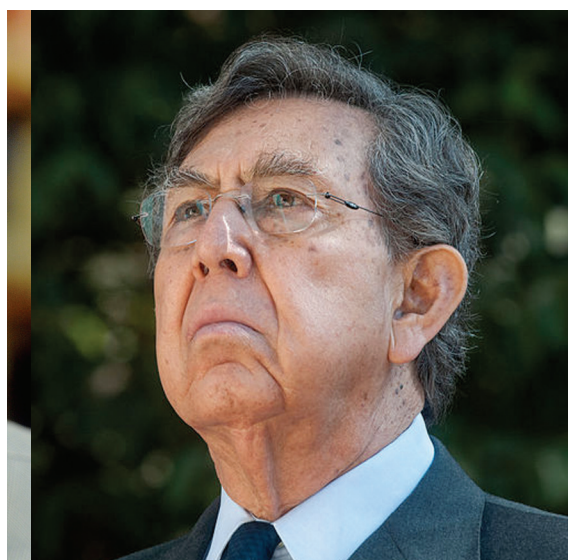
**Noam Chomsky**  
Filósofo e ativista político



**Danny Glover**  
Ator e Embaixador da ONU para os  
Direitos Humanos e Assuntos Raciais



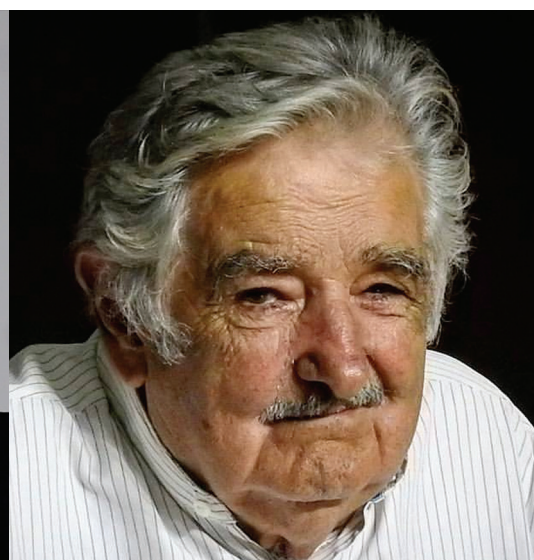
**Massimo D'Alema**  
Ex-primeiro-ministro da  
Itália



**Cuauhtémoc Cárdenas**  
Ex-governador da Cidade do  
México



**Boaventura de Sousa Santos**  
Professor Catedrático da Universidade  
de Coimbra



**José "Pepe" Mujica**  
Ex-presidente do Uruguai



# LULA CANDIDATO AO NOBEL DA PAZ



Lula visita obras de extensão da Linha 2 do Metro de Salvador. Foto: Ricardo Stuckert

A construção da paz global sempre esteve no centro das preocupações de Lula. Ele entende que o reforço da Democracia e a redução das desigualdades são passos fundamentais para construir uma sociedade pacífica, além do posicionamento proativo em defesa de soluções não-violentas para conflitos em qualquer instância. Isso o orientou, por exemplo, a se colocar, enquanto presidente da República, como mediador de um acordo nuclear com o Irã e da solução negociada de conflitos internos na Bolívia e Venezuela que poderiam terminar em guerras civis.

Como reconhecimento à sua atuação em defesa da paz, o vencedor do prêmio Nobel, Adolfo Pérez Esquivel propôs o nome de Lula ao comitê que define anualmente quem será homenageado com tão elevada distinção. Sua indicação foi endossada por milhares de professores e pesquisadores, diretamente junto ao comitê do prêmio. Além disso, sua candidatura também foi apoiada por mais de seiscentas mil pessoas, em uma campanha online.

A decisão do ganhador é sigilosa, assim como outros possíveis candidatos ao prêmio. O que mais importa, no entanto, é que a própria indicação e a massiva mobilização que ela gerou em todo o mundo já demonstram a admiração que milhões de pessoas mantêm por Lula e por sua obra, mesmo após tamanha perseguição.

## A VIGÍLIA LULA LIVRE EM CURITIBA

A Vigília Lula Livre, organizada em frente à sede da Polícia Federal em Curitiba desde a prisão de Lula, se transformou num importante espaço de resistência, visibilização da campanha, organização da militância, formação política e articulação de iniciativas.

Militantes dos Comitês Populares de todo o país, dos movimentos sociais e partidos políticos que integram a campanha se revezam em vigília permanente. Desenvolvem, ao longo do dia, intensa programação de rodas de conversa e atividades de compartilhamento das informações das visitas ao Presidente Lula. Mantém o ânimo do nosso Presidente, com os tradicionais Bom dia, Boa tarde e Boa noite.



Monja budista Coen Roshin na Vigília Lula Livre após visita ao ex-presidente Lula. Foto: Cláudio Kbene



## Carta de Lula a seu amigo, ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim

Querido amigo,

A cada dia fico mais preocupado com o que está acontecendo em nosso Brasil. As notícias que recebo são de desemprego, crise nas escolas e hospitais, a redução e até mesmo o fim dos programas que ajudam o povo, a volta da fome. Sei que estão entregando as riquezas do país aos estrangeiros, destruindo ou privatizando o que nossa gente construiu com tanto sacrifício. Traindo a soberania nacional.

É difícil manter a esperança numa situação como essa, mas o brasileiro não desiste nunca, não é verdade? Não perco a fé no nosso povo, o que me ajuda a não fraquejar na prisão injusta em que estou faz mais de um ano. Você deve se lembrar que no dia 7 de abril de 2018, ao me despedir dos companheiros em São Bernardo, falei que estava cumprindo a decisão do juiz, mas certo de que minha inocência ainda seria reconhecida. E que seria anulada a farsa montada para me prender sem ter cometido crime. Continuo acreditando.

Todos os dias acordo pensando que estou mais perto da libertação, porque o meu caso não tem mistério. É só ler as provas que os advogados reuniram: que o tal triplex nunca foi meu, nem de fato nem de direito, e que nem na construção nem a reforma entrou dinheiro de contratos com a Petrobrás. São fatos que o próprio Sergio Moro reconheceu quando teve de responder o recurso da defesa.

É só analisar o processo com imparcialidade para ver que o Moro estava decidido a me condenar antes mesmo de receber a denúncia dos procuradores. Ele mandou invadir minha casa e me levar à força pra depor sem nunca ter me intimado. Mandou grampear meus telefonemas, da minha mulher, meus filhos e até dos meus advogados, o que é gravíssimo numa democracia. Dirigia os interrogatórios, como se fosse o meu acusador, e não deixava a defesa fazer perguntas. Era um juiz que tinha lado, o lado da acusação.

A denúncia contra mim era tão falsa e inconsistente que, para me condenar, o Moro mudou as acusações feitas pelos promotores. Me acusaram de ter recebido um imóvel em troca de favor mas, como viram que não era meu, ele me condenou dizendo que foi "atribuído" a mim. Me acusaram de ter feito atos para beneficiar uma empresa. Mas nunca houve ato nenhum e aí ele me condenou por "atos indeterminados". Isso não existe na lei nem no direito, só na cabeça de quem queria condenar de qualquer jeito.

A parcialidade dele se confirmou até pelo que fez depois de me condenar e prender. Em julho do ano passado, quando um desembargador do TRF-4 mandou me soltar, o Moro interrompeu as férias para acionar outro desembargador, amigo dele, que anulou a decisão.

Em setembro, ele fez de tudo para proibir que eu desse uma entrevista. Pensei que fosse pura mesquinha, mas entendi a razão quando ele divulgou, na véspera da eleição, um depoimento do Palocci que de tão falso nem serviu para o processo. O que o Moro queria era prejudicar nosso candidato e ajudar o dele.

Se alguém ainda tinha dúvida sobre de que lado o juiz sempre esteve e qual era o motivo de me perseguir, a dúvida acabou quando ele aceitou ser ministro da Justiça do Bolsonaro. E toda a verdade ficou clara: fui acusado, julgado e condenado sem provas para não disputar as eleições. Essa era única forma do candidato dele vencer.

A Constituição e a lei determinam que um processo é nulo se o juiz não for imparcial e independente. Se o juiz tem interesse pessoal ou político num caso, se tem amizade ou inimizade com a pessoa a ser julgada, ele tem de se declarar suspeito e impedido. É o que fazem os magistrados honestos, de caráter. Mas o Moro, não. Ele sempre recusou se declarar impedido no meu caso, apesar de todas as evidências de que era meu inimigo político.

Meus advogados recorreram ao Supremo Tribunal Federal, para que eu tenha finalmente um processo e um julgamento justos, o que nunca tive nas mãos de Sergio Moro. Muita gente poderosa, no Brasil e até de outros países, quer impedir essa decisão, ou continuar adiando, o que dá no mesmo para quem está preso injustamente.

Alguns dizem que ao anular meu processo estarão anulando todas as decisões da Lava Jato, o que é uma grande mentira pois na Justiça cada caso é um caso. Também tentam confundir, dizendo que meu caso só poderia ser julgado depois de uma investigação sobre as mensagens entre Moro e os procuradores que estão sendo reveladas nos últimos dias. Acontece que nós entramos com a ação em novembro do ano passado, muito antes dos jornalistas do Intercept divulgarem essas notícias. Já apresentamos provas suficientes de que o juiz é suspeito e não foi imparcial.

Tudo que espero, caro amigo, é que a justiça finalmente seja feita. Tudo o que quero é ter direito a um julgamento justo, por um juiz imparcial, para poder demonstrar com fatos que sou inocente de tudo o que me acusaram. Quero ser julgado dentro do processo legal, com base em provas, e não em convicções. Quero ser julgado pelas leis do meu país, e não pelas manchetes dos jornais.

A pergunta que faço todos os dias aqui onde estou é uma só: por que tanto medo da verdade? A resposta não interessa apenas a mim, mas a todos que esperam por Justiça.

Quero me despedir dizendo até breve, meu amigo. Até o dia da verdade libertadora. Um grande abraço do

**Lula**

**Curitiba, 24 de junho de 2019**





# COMITÊ NACIONAL LULA LIVRE

**Endereço:** Rua São Bento, 365, 20º andar Centro,  
São Paulo - SP, 01011-100

**Secretaria geral:** [comitelulalivre@gmail.com](mailto:comitelulalivre@gmail.com)

**Secretaria de comunicação:** [imprensululalivre@gmail.com](mailto:imprensululalivre@gmail.com)

**Whatsapp:** 55 11 99690-3298